



TRILHA DE APRENDIZAGEM ORÇAMENTO PÚBLICO

Atualizado em: 01/08/2023

Justificativa

A Constituição da República Federativa do Brasil traz em seu Capítulo II, Seção II – Dos orçamentos, artigos que determinam como deverão ser estabelecidos o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Ao longo de cinco artigos e uma série de parágrafos e incisos informa seus objetivos e, como devem ser elaborados, aprovados, acompanhados, bem como o que é vedado e permitido, o cumprimento de limites e sua gestão.

Independentemente do ente o qual estamos analisando, as peças orçamentárias devem cumprir os seus objetivos e metas estabelecidos, de tal forma que a qualidade do gasto público seja perceptível na qualidade de vida da população beneficiada.

Escopo

Essa trilha é composta por diversos tipos de trilhos com aulas em vídeo autoinstrucional e apostila, e estão estruturados em seis assuntos diferentes: programação e gestão orçamentárias, elaboração da proposta orçamentária do RPPS, pontos relevantes do orçamento público, lei de diretrizes e bases, controle e eficiência do gasto orçamentário, transferências voluntárias, dentre outros assuntos importantes sobre a matéria.

Os cursos dessa trilha são ofertados pela Escola de Contas Públicas - TCEES e pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Objetivo

O objetivo dessa trilha é contribuir para disseminar conhecimento aos servidores públicos sobre os aspectos importantes da elaboração e gasto do orçamento público, apresentando conceitos,



bem como a importância da governança, a gestão de risco, o planejamento, os procedimentos auxiliares e o controle no processo orçamentário.

Público-Alvo

Os assuntos que compõem essa trilha estão direcionados a profissionais que são servidores de órgãos jurisdicionados ao TCE-ES, e que trabalham com atividades de aquisições públicas.

Orientações Gerais de Navegação

Os materiais estão organizados para facilitar o acesso e auxiliar na resolução de situações cotidianas. A flexibilidade é uma característica inerente da trilha. Assim, o participante poderá acessar os conteúdos na sequência proposta, obtendo um panorama completo sobre o tema da trilha, ou acessar diretamente o conteúdo que precisa.

Para cada conteúdo será necessária uma inscrição, para que ao final do curso, e após realizar a avaliação, seja emitido o certificado de conclusão.

Webinário:

1. Lei de diretrizes orçamentárias: gênese, funcionalidade e constitucionalidade

Justificativa

Que relação há entre a atual configuração da LDO e o princípio da exclusividade da lei orçamentaria? A doutrina sobre esse princípio precisa ser revista? Este webinário procura esclarecer sobre essas questões, investigando a gênese, a funcionalidade, a constitucionalidade e a ignorada força normativa dessa lei sui generis.



Escopo

A maior inovação da Constituição de 1988 no processo orçamentário foi a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Passamos a ter um modelo erigido sobre três leis (a do plano plurianual, a LDO e a lei orçamentária anual), sem similar em países de histórica influência sobre o pensamento jurídico brasileiro, como Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália e Inglaterra. Se em nenhum desses países se intentou tal modelo, do qual a LDO é peça fundamental, por que o inventamos? A LDO cumpre suas funções? Seu conteúdo está sujeito a limites constitucionais? Que relações há entre a lei de diretrizes orçamentárias e as demais leis orçamentárias, as leis tributárias e outras leis ordinárias? Que relação há entre a atual configuração da LDO e o princípio da exclusividade da lei orçamentária? A doutrina sobre esse princípio precisa ser revista?

Objetivo

Abordar os conceitos básicos e ter uma visão teórica e prática sobre o assunto.

Público-alvo

O webinar está destinado a todos aqueles interessados em conhecer os conceitos teóricos e práticos sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em especial para os servidores de órgãos jurisdicionados ao TCEES.

Carga-horária = 3 horas

Link de acesso = <https://ava.tcees.tc.br/course/view.php?id=911>

Ficha técnica =

Este webinar foi desenvolvido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e o grupo de pesquisa Orçamento Público: Planejamento, Gestão e Fiscalização” da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.



Especialista sobre o assunto:

Weder de Oliveira. Ministro-Substituto do TCU. Doutorando e Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela USP. Professor do IDP.

Coordenadores e mediadores:

Donato Volkers Moutinho. Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela USP. Auditor de Controle Externo do TCEES.

José Maurício Conti. Livre-docente, Doutor e Mestre em Direito pela USP. Professor da USP. Consultor em Direito Financeiro.

Este webinar é de responsabilidade de seu(s) autor(es), e suas opiniões são de conteúdo doutrinário. Não necessariamente aqui estão refletidas a posição deste Tribunal de Contas, que só se manifesta oficialmente por meio de seu Plenário, nos julgamentos que profere.

2. Controle e eficiência do gasto público

Justificativa

Diante a premência e importância de estudos sobre a qualidade do gasto público, o webinar irá tratar, por meio da análise dos modelos de gestão — do clássico ao participativo — dos mecanismos de controle interno e externo da eficiência do gasto orçamentário

Escopo

O assunto aborda a necessidade do controle dos chamados 4Es (economicidade, eficiência, efetividade e eficácia) na execução das políticas públicas e na correspondente execução orçamentária. Destaca o novo papel do Poder Judiciário no controle do ciclo das políticas públicas, bem como as contradições da jurisprudência vigente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Escola de Contas Públicas - ECP

Objetivo

Abordar os conceitos básicos e ter uma visão teórica e prática sobre o assunto.

Público-alvo

O webinar está destinado a todos aqueles interessados em conhecer os conceitos teóricos e sobre o controle da eficiência do gasto, em especial para os servidores de órgãos jurisdicionados ao TCEES.

Carga-horária = 3 horas

Link de acesso <https://ava.tcees.tc.br/course/view.php?id=920>

Ficha técnica =

Este webinar foi desenvolvido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e o grupo de pesquisa Orçamento Público: Planejamento, Gestão e Fiscalização” da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Especialista sobre o assunto:

Ana Carla Bliacheriene. Livre-docente em Direito Financeiro pela USP. Doutora e Mestre em Direito pela PUC-SP. Professora da USP. Advogada.

Coordenadores e mediadores:

Donato Volkers Moutinho. Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela USP. Auditor de Controle Externo do TCE-ES.

José Maurício Conti. Livre-docente, Doutor e Mestre em Direito pela USP. Professor da USP. Consultor em Direito Financeiro.



Este webinar é de responsabilidade de seu(s) autor(es), e suas opiniões são de conteúdo doutrinário. Não necessariamente aqui estão refletidas a posição deste Tribunal de Contas, que só se manifesta oficialmente por meio de seu Plenário, nos julgamentos que profere.

Cursos:

1. Orçamento Público

Justificativa

Esse curso busca desenvolver competências relacionadas aos principais temas orçamentários para aprimorar o trabalho na área e, também, aumentar a qualidade do gasto público e o fortalecimento do controle social. O curso é mais um fruto da parceria da Secretaria do Orçamento Federal (SOF) e da Enap.

Escopo

O curso irá tratar sobre: 1. Orçamento público: conceitos fundamentais; 2. Instrumentos do processo orçamentário brasileiro; 3. Receita orçamentária, 4. Despesa orçamentária; 5. Execução e avaliação orçamentária.

Objetivo

O curso pretende oferecer uma visão geral sobre os principais temas orçamentários, e seus impactos nos órgãos e entidades públicas.

Público-alvo



O curso destina-se a gestores públicos envolvidos na gestão orçamentária. O curso é aberto, gratuito e com certificado.

Carga-horária = 40 horas

Link de acesso = <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/296/>

Ficha técnica =

Este curso foi desenvolvido pela Secretaria do Orçamento Federal (SOF), e sua certificação é feita pela ENAP (Escola Nacional de Administração Pública).

Este curso é de responsabilidade de seu(s) autor(es), e suas opiniões são de conteúdo doutrinário. Não necessariamente aqui estão refletidas a posição deste Tribunal de Contas, que só se manifesta oficialmente por meio de seu Plenário, nos julgamentos que profere.

2. Elaboração da Proposta Orçamentária do RPPS

Justificativa

Esse curso busca desenvolver competências relacionadas aos principais temas orçamentários para aprimorar o trabalho na área e, também, aumentar a qualidade do gasto público e o fortalecimento do controle social. O curso é mais um fruto da parceria da Secretaria do Orçamento Federal (SOF) e da Enap.

Escopo

O curso irá tratar sobre: Orçamento Público. Princípios orçamentários aplicados aos orçamentos previdenciários. Classificação Funcional Programática. Particularidades orçamentárias dos RPPS. Elaboração dos orçamentos dos Fundos Financeiro e Previdenciário dos RPPS que possuem segregação de massas. Utilização adequada das fontes de recursos. Utilização da fonte tesouro quando o RPPS possui repasse de cobertura



de insuficiências financeiras. Fixação de despesas patronais dos servidores do RPPS. Procedimentos orçamentários para utilização do superávit dos recursos da taxa de administração. Consolidação da proposta orçamentária no orçamento do Ente.

Objetivo

Capacitar profissionais da contabilidade e do planejamento governamental na elaboração de proposta orçamentária dos regimes próprios de previdência contemplando as particularidades orçamentárias exigidas por meio da legislação aplicável aos RPPS.

Público-alvo

Profissionais do planejamento e da contabilidade atuantes nos regimes próprios de previdência e nas Secretarias de Planejamento dos Municípios, responsáveis pela consolidação da proposta orçamentária do ente.

Carga-horária = 20 horas

Link de acesso = <https://ava.tcees.tc.br/course/view.php?id=317>

Ficha técnica =

Este curso foi desenvolvido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Velloso Lucas.

Instrutora e currículo:

Simone Reinholz Velten, auditora de controle externo do TCEES, contadora, mestre em Contabilidade e Controladoria aplicada ao Setor Público pela FUCAPE, conselheira do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo (CRC-ES), membro da Câmara de Controle Interno do CRCES (2012-2015), Membro da Comissão de Contabilidade Pública do CRCES desde 2009, representante da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON)



nas reuniões do Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no período de 2010 a 2012, Professora no MBA de Contabilidade e Controladoria Aplicada ao Setor Público da FUCAPE.

Este curso é de responsabilidade de seu(s) autor(es), e suas opiniões são de conteúdo doutrinário. Não necessariamente aqui estão refletidas a posição deste Tribunal de Contas, que só se manifesta oficialmente por meio de seu Plenário, nos julgamentos que profere.

4. Orçamento no setor público – uma abordagem nos créditos adicionais

Justificativa

A gestão do orçamento público implica em saber diferenciar os três tipos de créditos adicionais (suplementar, especial e extraordinário), diferenciar créditos adicionais de outras alterações orçamentárias, identificar erros na abertura dos créditos adicionais, reconhecer quais são as fontes para a abertura de créditos, bem como entender o funcionamento dos instrumentos legais de alterações orçamentárias.

Escopo

O curso irá tratar sobre: 1. Orçamento Aplicado ao Setor Público a. Princípios da Administração Pública b. Atos Administrativos c. Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA) d. Princípios Orçamentários e. Processo Legislativo das Leis Orçamentárias Escola de Contas Públicas - ECP 2. Créditos Adicionais a. Aspectos Constitucionais e Legais b. Créditos Iniciais e Adicionais c. Créditos Suplementares d. Créditos Especiais e. Créditos Extraordinários f. Fontes de Recursos g. Os Créditos Adicionais e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público h. Remanejamento, Transposição e Transferência i. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e do Tribunal de Contas da União



Objetivo

Aquisição de noções básicas de orçamento público, das peças de planejamento da administração pública brasileira (plano plurianual - PPA, lei de diretrizes orçamentárias - LDO e lei orçamentária anual - LOA, como foco específico nos créditos adicionais, sendo que, ao final do curso o participante deverá ser capaz de diferenciar os três tipos de créditos adicionais: suplementar, especial e extraordinário, bem como diferenciar créditos adicionais de outras alterações orçamentárias.

Público-alvo

Servidores públicos municipais, estaduais, gestores públicos, servidores que atuam na elaboração e análise dos créditos adicionais e demais interessados no tema.

Carga-horária = 4 horas

Link de acesso = <https://ava.tcees.tc.br/course/view.php?id=1117>

Ficha técnica =

Este curso foi desenvolvido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Velloso Lucas.

Instrutor e currículo:

Alexsander Binda Alves Mestre em Administração (FUCAPE), especialista em Controle na Administração Pública (UFES) e Auditoria Contábil (FACEC), além de graduado em Administração (Centro Universitário Claretiano) e em Ciências Contábeis (Faculdade Castelo Branco). Atualmente é Auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e professor universitário da Fundação Capixaba de Pesquisa (FUCAPE). Possui experiência nas áreas de Administração e Contabilidade Pública, Controle Externo e Interno do Setor Público.

Este curso é de responsabilidade de seu(s) autor(es), e suas opiniões são de conteúdo doutrinário. Não necessariamente aqui estão refletidas a posição deste Tribunal de Contas, que só se manifesta oficialmente por meio de seu Plenário, nos julgamentos que profere.



Podcast:

1. Orçamento público

Descrição do episódio: esse episódio de podcast é uma aula da disciplina Economia Pública, da Universidade de São Paulo.

Produção: este podcast é uma produção da Universidade São Paulo, como apoio a disciplinas do curso

Link de acesso: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4638322>

Acesso em: 01 ago. 2023